

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: reflexões sobre o dilema da identidade profissional

Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima.¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar elementos que compõem o conjunto de dificuldades contemporâneas observadas nos processos de formação em Serviço Social, mormente no Estado de São Paulo. A análise construída toma como elementos fundantes dos dilemas contemporâneos a conjuntura sociopolítica do país impactada por sucessivas crises políticas, econômicas, éticas e ideológicas que refratam o ensino superior e têm como foco principal inviabilizar, através da desqualificação, desvalorização e redução de investimentos, as áreas de formação cujo processo de construção da identidade da profissão revelam, pelos refletores da formação crítica-reflexiva, os caminhos escusos da estrutura da sociedade e da política no país. Usamos para análise reflexiva e ponderações analíticas a identidade reivindicada pela profissão no Movimento de Reconceituação, o Projeto Ético Político do Serviço Social e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social a partir da orientação metodológica baseada na teoria crítica e nos estudos de Claude Dubar. O estudo confirma que um dos elementos que dificultam a consolidação da identidade reivindicada pela profissão emergem no próprio processo da formação profissional; seja por elementos da realidade objetiva na qual está inserido o ensino superior no país; seja na realidade paradoxal da docência no ensino privado contemporâneo, que exige titulação e capacitação docente enquanto precariza condições de trabalho e demite professores revelando, no espaço da educação, os conflitos resultantes da relação capital/trabalho; e a crise sociopolítica e econômica mundial. Neste contexto, aponta-se para a necessidade de busca de estratégias para enfrentamento das questões conjunturais que comprometem a formação

¹ Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca, Professora Titular da UNIVERSIDADE BRASIL no Programa de Pós Graduação Stricto Senso Interdisciplinar em Ciências Ambientais-Nível de Mestrado; Professora do Curso de Serviço Social/UNIFADRA-Dracena, Professora Concursada da FUNEC/Santa Fé do Sul (e-mail: lecaclima@yahoo.com.br).



profissional em Serviço Social, sejam elas no campo político de organização da categoria, sejam no campo da redefinição de bases da própria formação.

Palavras-chave: Formação em Serviço Social. Ensino superior privado. Organização política. Identidade profissional. Ensino superior privado.

1. INTRODUÇÃO²

O conjunto que compõe das contradições que envolvem o ensino superior no Brasil justifica largamente o interesse de uma assistente social dedicada à docência, à avaliação de cursos, pareceres para regulamentação e reconhecimento de cursos de Serviço Social, ao logo das últimas décadas.

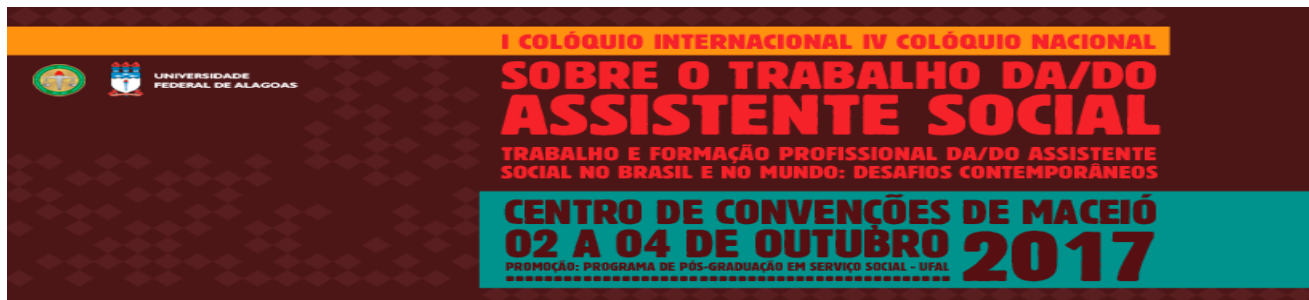
O universo do trabalho na docência também sofre largamente os impactos do acirramento da política expansionista do “mercado do ensino superior” no país, com a abertura sistemática de novos cursos, ampliando a “concorrência” pelo alunado e com a expansão dos cursos de superiores (nível de graduação) no país.

Vivenciar à docência em Serviço Social, estar do “*lado de dentro*” desvela uma realidade cotidiana muitas vezes desconhecida e invisível para a categoria e para os teóricos da formação em Serviço Social.

Os desafios técnicos, pedagógicos da função em tempos atuais, apresentam uma realidade não explícita; velada e difusa; permeada de aspectos próprios da dinâmica e rotina de trabalho que envolve elementos nem sempre revelados da formação profissional.

No cenário atual impõem-se ao docente do curso de Serviço Social, além das novas demandas que se colocam à profissão - que determinam novas exigências à formação-, capacidades técnico-operativas em dimensões pedagógicas diversas à sua formação acadêmica e tarefas burocrático-administrativas, configurando-se como um papel profissional composto de atribuições muitas vezes desconhecidas e que não se limitam ao conhecimento das bases teóricas e técnicas-operativas da profissão.

² Este artigo atualiza e apresenta um extrato da pesquisa realizada 2008/2009 no Brasil com vistas à elaboração de tese de doutorado e a continuidade da mesma através da observação empírica consolidada no cotidiano da docência (desde o ano 2000 até os dias atuais) e do trabalho como coordenadora de Curso de Graduação em Serviço Social no período de 2011 a 2016. Os dados apresentados foram atualizados.



Neste contexto é imprescindível a interlocução das dimensões que se revelam no cotidiano desta prática profissional no país através da busca de elementos que permitam a explicação da realidade, através de um corpo teórico assentado na conjuntura do sócio histórica do Brasil, na expectativa de analisar interferência e os impactos sociopolíticos e econômicos na formação acadêmica do Serviço Social.

2. ENSINO SUPERIOR PRIVADO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A INDENTIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

2.1. Conjuntura brasileira: o ensino superior privado

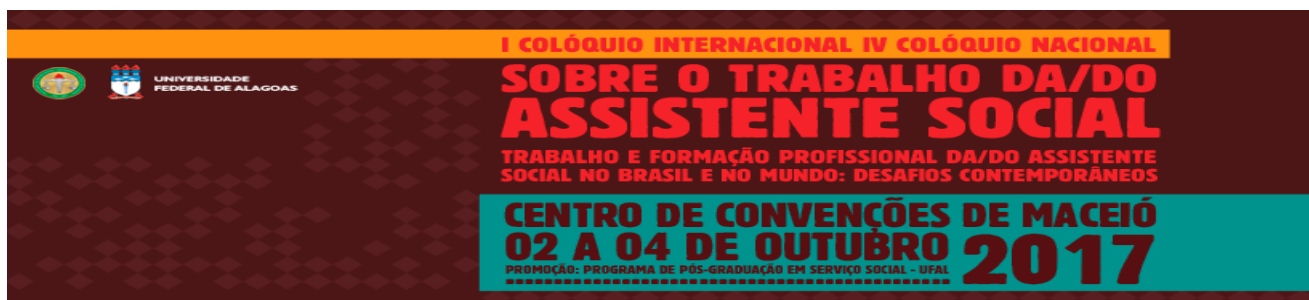
O ensino superior surge no Brasil com 02 (dois) aportes positivos: de um lado a ruptura com a tradição de ensino jesuíta-colonial e de outro, tendo sua emergência de criação sustentada nas necessidades do país, ainda que estas estejam condicionadas às necessidades expressas pela coroa portuguesa, uma vez que o país era “apenas” a sede do reino.

Em contrapartida, já nasce carregado da pecha do elitismo, tendo em vista que se estrutura essencialmente para atender a classe privilegiada da elite e da nobreza. Os primeiros cursos criados no Brasil têm o objetivo de formar a elite dirigente da sociedade aristocrática do país. Para os demais membros da população, cabia o ensino que “formaria” o potencial produtivo, a mão de obra que serviria ao projeto administrativo do Brasil Império como resposta ao capitalismo internacional, que assim exige dos países periféricos, como condição para sua própria expansão.

No seu início, a formação superior se sustenta nos modelos europeus, que divergem das necessidades e características originais da América Latina. São cursos profissionalizantes que visam formar a massa intelectual burguesa que atenderia a vocação mercantil da sociedade da época.

A década de 50 do século XIX se consolida no âmbito do ensino superior como o período de maior influência dos grupos socialmente dominantes na educação profissional.

Esta influência se faz através de pessoas que pertencem à camada privilegiada da sociedade, com vivências distanciadas das necessidades reais da população e do ensino. Determina desta forma mudanças superficiais no ensino superior do Brasil resultando na



preservação dos privilégios existentes para a elite e consolidando a diferença entre a formação da elite e a formação do povo.

Apenas no início do século XX (1907 e 1912), por volta de 400 anos após chegada dos portugueses ao Brasil é que se registra na história dessa sociedade a expansão quantitativa de escolas para o ensino superior. Neste período o país conta com 50 escolas de Ensino Superior³, com caráter formativo, sem vocação científica⁴, distribuídas entre as regiões de maior concentração econômica e de membros da nobreza.

No entanto, à revelia da existência legal do ensino institucionalizado no país desde o período da colonização, somente na década de 30 do século XX, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, que a educação adquire configuração legítima de unificação federal e, em 1931, do mesmo século, empreende a Reforma do Ensino Superior, assente na organização do sistema universitário.

Os acontecimentos históricos do processo de desenvolvimento da educação no Brasil reforçam e externam a situação infra estrutural do país, legitimamente periférica e dependente da economia capitalista dos países desenvolvidos. Ribeiro (2003), em referência à legislação do período ditatorial (1930-45), explicitou que em termos educacionais, a orientação da política educacional brasileira, atrela-se mais fortemente na orientação capitalista de preparação de maior contingente de mão-de-obra para as novas funções do mercado.

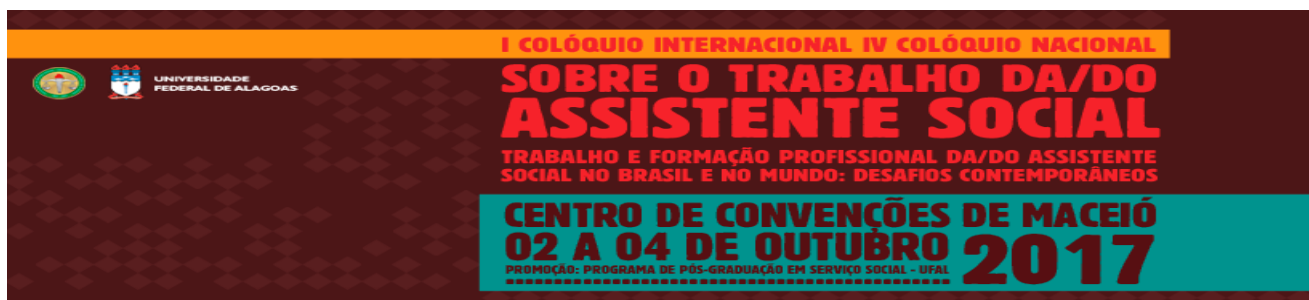
A expansão do Ensino Superior Privado no país que se potencializa a partir da década de 90 promove mudanças significativas no contexto interno das instituições.

2.2. Dinâmica sociológica de constituição da identidade das profissões

O estudo das identidades profissionais insere-se no contexto das ciências humanas e sociais, cujas especificidades são constantemente alteradas pelo cruzamento e influência de fatores: endógenos e exógenos das próprias profissões; de ordem pessoal/individual relacionado à identidade individual dos sujeitos que as compõem.

³ Destaca-se no período quanto ao tipo, os cursos de médico-cirúrgico-farmacêuticos que concentram em número de 21 do total de 50 cursos.

⁴ Neste período, a pesquisa não se revela nas instituições de ensino (a exceção da faculdade de medicina da Bahia que desde a 1891 já servia ao ensino e a pesquisa), as escolas se limitam a atividade do ensino.



Assim, podemos tomar como pressuposto que a identidade que o Serviço Social revela no cotidiano é também permeada de aspectos e influências que extrapolam os limites teóricos, metodológicos, éticos e políticos expressos no código da profissão e nos eixos que compõem os nexos da formação profissional.

Tomamos como eixo de orientação para o estudo da formação da identidade de uma profissão, analogicamente, a proposta por Dubar (1997, p.104) acerca da formação das identidades; para o autor existe uma dualidade que forma as identidades individuais, que ele expressa como “[...] a identidade para si e a identidade para o outro”

Essa dualidade pode ser apresentada, segundo o autor, em um esquema de categorias que apreendemos com base no quadro 5.1 (DUBAR, 1997, p. 109) e apresentamos, após interpretação, no esquema abaixo com a perspectiva de revelar o “processo” de formação da identidade social, seja ela pessoal, seja ela profissional. Segundo Dubar (1997), as identidades (sejam elas profissionais ou individuais) se estruturam a partir de dois processos: o processo relacional que representa o resultado da relação do sujeito/área com o meio social; e o processo biográfico, que representa o resultado da relação do sujeito consigo mesmo ou com seus pares (no caso desta analogia, destacamos a relação do Serviço Social consigo mesmo, ou seja como categoria profissional dentro do campo social das profissões).

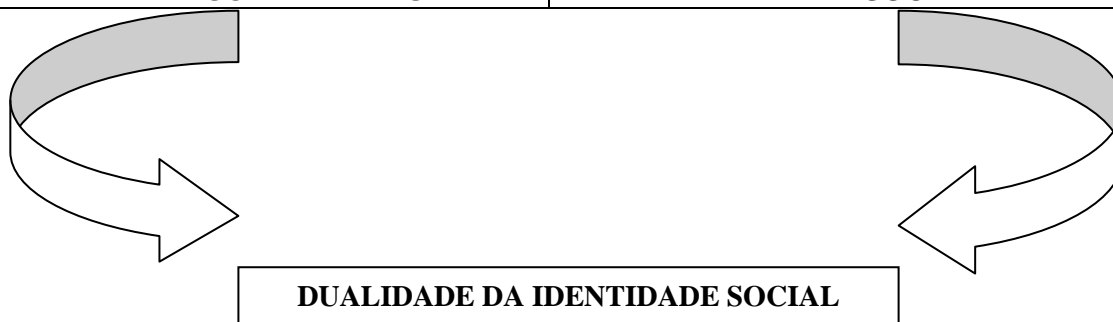
Neste contexto, pode-se inferir da apresentação simbólica desta representação conforme abaixo:

-Esquema do processo de formação da identidade social⁵

PROCESSO RELACIONAL Identidade para o OUTRO	PROCESSO BIOGRÁFICO Identidade para SI
ORIGEM: Atos de atribuição (que tipo de homem/mulher você é = dizem que você é)	ORIGEM: Atos de pertença (que tipo de homem/mulher você quer ser = você que diz que é)
Tipo: Identidade Numérica /Genérica (nome/ gênero atribuído)	Tipo: Identidade Predicativa do Eu (pertença reivindicada)
Apropriação: ocorre por Transação Objetiva entre identidades atribuídas/propostas e identidades assumidas/incorporadas	Apropriação: ocorre por Transação Subjetiva entre as identidades herdadas e as identidades visadas
Alterna-se entre: cooperação-	Alterna-se entre: continuidades→reprodução

⁵ Esquema elaborado a partir de estudos realizados na obra de Dubar (1997, p. 109).

reconhecimento e, conflito-não reconhecimento	e rupturas→produção
Resulta da experiência relacional e social do poder	Resulta da experiência das estratificações, discriminações e desigualdades sociais
Promove a identificação com instituições estruturantes ou legítimas	Promove a identificação com categorias julgadas atrativas ou protetoras
RESULTA em: IDENTIDADE SOCIAL “VIRTUAL”	RESULTA em: IDENTIDADE SOCIAL REAL



- O processo dual de consolidação da identidade aplicado ao campo da profissão

Na restituição da relação identidade para si/identidade para o outro⁶ estamos situando o processo de constituição da identidade no contexto das relações sociais, ou seja, no panorama do conjunto da socialização humana que se configura na dualidade do processo identitário do homem.

Este “procedimento constitutivo” aponta para a necessidade de articulação entre esses dois processos. Neste sentido a composição da identidade apresenta uma autonomia *apenas relativa* do sujeito e é, pois, na juntura dos dois sistemas (processo relacional e processo biográfico) que se constrói a identidade social.

Assim, a identidade tanto pode resultar de acordos entre a identidade virtual e a identidade real, como de desacordos resultantes dessa articulação, este fator depende essencialmente das apropriações que se efetivam no campo do individual.

Nesta ótica podemos assegurar que a identidade pode ser entendida grosseiramente como o resultado das apropriações que o indivíduo faz a partir do seu sentido de pertença,

⁶ Segundo Habermas “não há correspondência necessária entre a ‘identidade predicativa de si’ que exprime a identidade singular de uma dada pessoa, com a história individual vivida, e as identidades “atribuídas por outro” quer se trate de identidades que nos definem oficialmente como ser único (estado civil, naturalidade, etc), quer se trate de identidades genéricas que permitem aos outros clarificarem as pessoas como membros de um grupo ou categoria, de uma classe”. Aprofundamento nesta temática em Habermas. (1981) *Théorie de l’agir communicationnel*, 2 tomes, trad. française, Paris, Fayard apud DUBAR, 1997, p. 106.



tanto na perspectiva social (ambiente familiar, religioso, social), como na perspectiva profissional (ambiente de formação, de trabalho, de categoria, de classe) nos quais ele se insere.

No aspecto sociológico do conceito de identidade, reconhece-se que a identidade profissional pode se revelar como um mecanismo “socializador” de grupos/categorias na medida em que outorga aos membros de uma mesma categoria o necessário sentido de pertença legitimando a introjeção dos aspectos que definem a especificidade do grupo na forma individual do agir profissional.

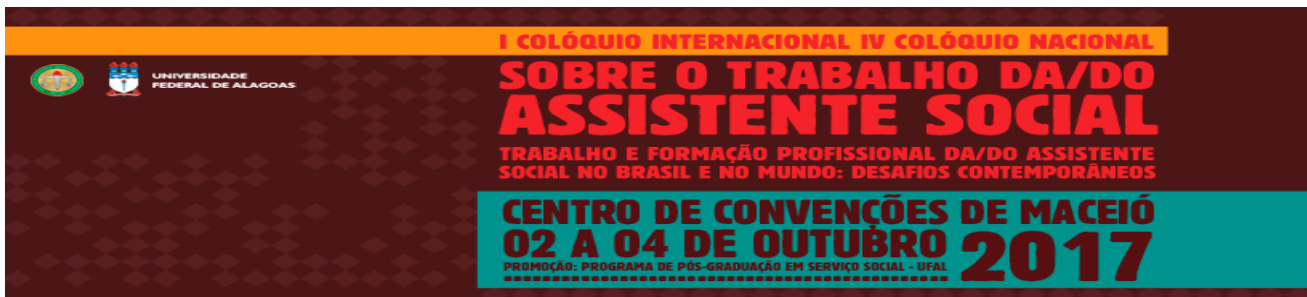
Considerando os elementos já referendados sobre a constituição e permeabilidade da identidade, podemos aceitar o pressuposto de que a identidade profissional é um elemento constitutivo de um *corpus* profissional em permanente construção. Corroborando com o nosso pensamento o conceito de Dubar (1997, p. 105) no qual o autor revela que: “A identidade não é mais do que o resultado estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que em conjunto constroem os indivíduos e as instituições”.

Esse entendimento aponta para a importância da dimensão subjetiva do sujeito na composição da dimensão macrosocial onde este se insere profissionalmente e revela que sua identidade social/profissional resulta da apreensão de valores, conceitos teóricos/éticos/metodológicos, filosóficos e operacionais que compõem a especificidade da profissão, e revela que esse resultado se constrói na articulação desses aspectos com aqueles introjetados na socialização primária⁷ do indivíduo.

Tomando como pressuposto, para o entendimento da identidade profissional, a dimensão sociológica, capturamos seu caráter socializador como um aspecto inerente à identidade profissional na sociedade capitalista dos séculos XX e XXI, onde o trabalho associa-se à própria condição social da vida humana na sua dimensão genérica, de acordo com as análises de Lukács sobre as teses de Marx, conforme relata Antunes (1995, p. 83):

[...] o trabalho tem um significado essencial no universo da sociabilidade humana. Não é outro o sentido dado por Lukács: “Somente o trabalho tem em sua essência ontológica um declarado caráter intermediário [...] antes de tudo distingue a

⁷ Em seus estudos Dubar se refere à socialização primária quando apresenta as teorias de Peter Berger e Thomas Luckmann cujos estudos apresentam os primeiros espaços socializadores do indivíduo (a família, escola, igreja, vizinhança) dos quais retém valores, modelos, expectativas.



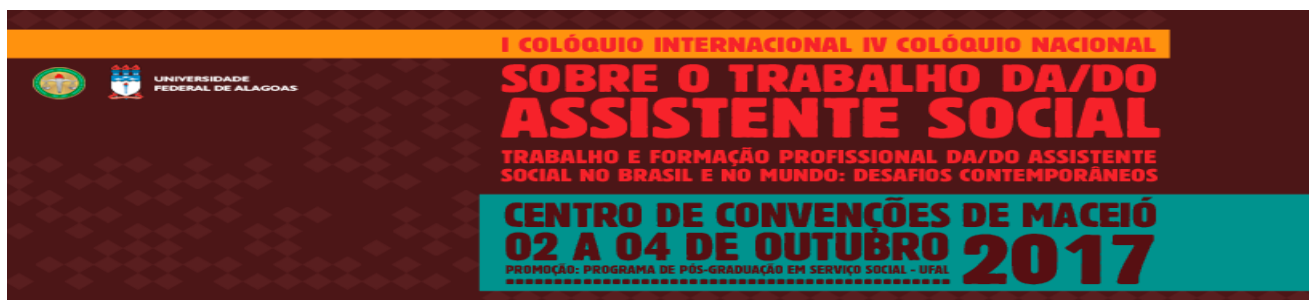
passagem do homem que trabalha, do ser meramente biológico àquele tornado ser social". O trabalho é, por isso, considerado [...] protoforma do ser social. O simples fato de que no trabalho se realiza uma posição teleológica, o configura como uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se desse modo um componente inseparável dos seres sociais.

Assim, o entendimento da questão da consolidação da identidade do serviço social aponta para a necessidade de apreendê-lo na sua dimensão de *profissão inserida no complexo espaço de trabalho*, onde as profissões se articulam e se organizam formando a teia de socialização do homem na ocupação de um campo sócio-legitimado pela especificidade e especialidade de sua possibilidade técnico-operativa de intervenção na sociedade.

Entendendo que a apreensão dos aspectos formadores da profissão não ocorre de maneira idêntica e linear a todos os envolvidos no processo de formação e sim que ela resulta da articulação dos saberes com o conjunto valores, crenças e códigos já cristalizados na formação da identidade biográfica (identidade social real) e da identidade relacional (identidade social virtual) de cada um, à qual se agregam os aspectos e elementos da profissionalização, constituem assim o todo identitário do indivíduo-profissional.

Não se trata somente de uma situação de "escolha do ofício" ou de uma obtenção de diplomas, mas da construção pessoal de uma estratégia que põe em jogo a imagem do eu, a apreciação de suas capacidades, a realização de seus desejos. [...]. O espaço de reconhecimento das identidades é inseparável dos espaços de legitimação dos saberes e competências associados às identidades (DUBAR, 1997, p. 114-118).

Há que se observar, no entanto que, assim como a identidade real do indivíduo possui um "campo duro"- sua essência estruturante e, um "campo mole" constituída pelos espaços de permeabilidade, flexibilidade, adaptação, alternâncias e alterações, também na identidade das profissões se confirmam os mesmos fenômenos, ou seja, um "campo duro"- sua essência estruturante composto pelas teorias, conceitos e metodologias que constituem e expressam a especificidade do "fazer" naquela profissão; e um "campo mole"- seu espaço de adaptação às demandas impostas à profissão, sua permeabilidade e articulação com outros saberes e áreas do conhecimento.



Nessa perspectiva, é fundamental para a legitimação do “*modus operandi*”⁸ específico de uma profissão que, à revelia dos processos, fenômenos, modelos e sistemas societários onde esteja a intervir, a sua centralidade ou a essência estruturante da profissão seja observada, respeitada e preservada, garantindo assim a sua especificidade de ação e a consolidação dos valores e traços operacionais que a identificam no mercado de trabalho.

2.3. Serviço Social: conjuntura brasileira X identidade profissional

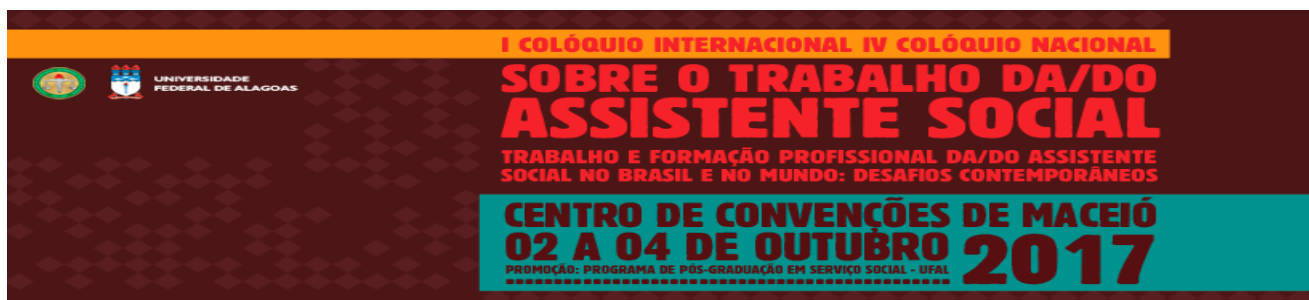
O Serviço Social na sua gênese, através de sua prática cotidiana, consolida-se como reprodutor do sistema de exploração da classe subalterna. A consonância da ação dos assistentes sociais com a identidade que o poder hegemônico lhe atribui nos primórdios da profissão o distanciam do proletariado e, segundo Rosane Martins (2006), “para os trabalhadores os assistentes sociais assumiam a representação do poder, da opressão, da dominação em nome da classe dominante”.

A benevolência sob a qual se camufla a ação profissional ainda fortalece a imagem assistencialista, paternalista e paradoxalmente controladora do Serviço Social no cenário das profissões sociais.

A busca pela ascensão social, que embala o imaginário do proletariado que se deixa explorar pelo capital também acompanha. O Assistente Social nas primeiras décadas da profissão. Assim, a profissão consolida, antes do Movimento de Reconceituação, uma imagem fragilizada e alijada de consciência política e social sobre a realidade concreta, a desarticulação dos profissionais, a preocupação com interesses pessoais, a prática imediatista e paliativa descomprometida e desvinculada das questões sociais, marcando as primeiras décadas da profissão no país.

No entanto, a identidade *atribuída* pelo capital, incorporada pelos Assistentes Sociais e socialmente aceita no campo das intervenções sociais no Brasil, constituía-se segundo Martinelli (1991, p. 158), em “[...] uma identidade frágil, esvaziada de tempo e de história [...]”, compondo uma categoria sem identidade profissional específica, útil ao sistema

⁸ Expressão do Latim, que significa “modo de operação”, neste trabalho utilizamos a expressão fazendo uma analogia com o modo de fazer algo ou alguma coisa (no sentido do fazer profissional), ou de maneira que identifique em seu realizador a essência da profissão (no sentido de aplicação do saber profissional).



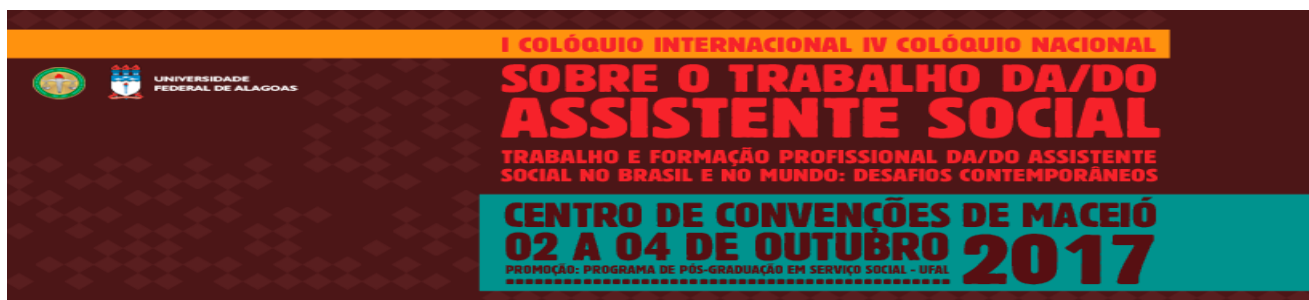
capitalista e importante para a burguesia, indispensável para a manutenção do poder hegemônico, cumprindo o papel da ideologia de controle social.

A proximidade com realidade cotidiana da população atendida pela categoria profissional resulta na percepção e consciência da insustentabilidade e incoerência dos discursos e das práticas burguesas, e no reconhecimento de que estas só promovem a expansão e o acirramento do regime capitalista. Da junção dos elementos conjunturais aos questionamentos internos da profissão, germinam os primeiros movimentos da categoria no sentido de revisitar as bases epistemológicas da formação. A crítica instaurada aponta para a urgência de novas formas de intervenção na dinâmica da sociedade e requer a (re)-construção identidade da profissão, fruto da história vivida e da apreensão de bases teóricas que indiquem o caminho da práxis para o Serviço Social, reivindicando um perfil e uma identidade para profissão, vinculando a atuação profissional à classe subalterna.

A aproximação teórico-filosófica com as bases marxistas contribuiu para o reconhecimento do papel da profissão no cenário da sociedade capitalista e com a “tomada” de “*consciência de classe*” apreendida pela categoria. Estes aspectos re-configuram a base teórica da profissão e apontam para novas perspectivas da prática, definindo uma nova identidade para o Serviço Social; que podemos chamar de identidade “*reivindicada*” pela categoria.

Este movimento potencializou o processo de fortalecimento da identidade *reivindicada* pela profissão que se expressa e se ganha materialidade no Projeto Ético Político e no Código de Ética do Serviço Social, revelando o compromisso com uma prática embasada em raízes teóricas que buscam a legitimação dos direitos sociais da população.

Passados o período da Ditadura Militar após o processo de democratização do país, com a implantação de uma ideologia política voltada para a classe trabalhadora com foco na garantia dos direitos sociais legitimados pela Constituição Federal de 1988, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Roussef (2011 a 2016) ampliam-se e passam a figurar na agenda política do governo federal as políticas públicas no campo da educação, da assistência social e da saúde, etc. Neste contexto, o Serviço Social ganha visibilidade no campo das profissões de intervenção social e ampliam-se os espaços ocupacionais da profissão.



A visibilidade da profissão, sua importância no cenário político que se desenha a partir de então, a ampliação dos espaços de trabalho no campo da gestão de políticas públicas somados aos programas federais de acesso ao ensino superior aumentam significativamente a oferta de cursos de Serviço Social nas instituições privadas do estado de São Paulo.

Somente no interior de São Paulo existem cerca de 78 cursos de Serviço Social (privados) com ofertas de vagas na modalidade presencial e apenas 02 de caráter público (100%) enquanto na cidade de São Paulo existem cerca de 60 cursos de Serviço Social nas modalidades presencial e semi-presencial e cerca de 180 cursos na modalidade EaD⁹. No entanto, importa destacar que a realidade cotidiana destes cursos registram nos últimos 03 anos uma diminuição significativa de interesse pela profissão (com o fechamento de vários cursos no interior do estado) e/ou diminuição significativa de alunos nas turmas existentes¹⁰.

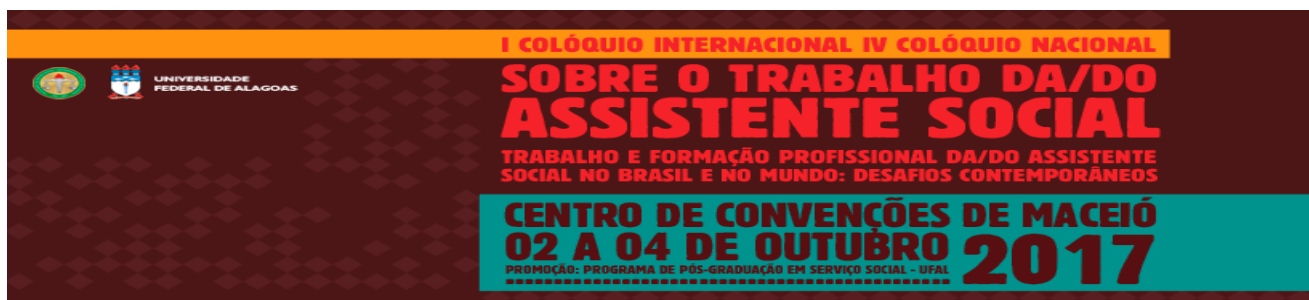
Para além da ampliação dos cursos de Serviço Social no estado de São Paulo, os dados demonstram a significância que a modalidade Ensino Privado tem para a formação em Serviço Social no estado. Representa portanto o espaço de formação que carece tanto de apoio como de acompanhamento das esferas de representação da categoria para assegurar-se que a formação nestes redutos (per)sigam as bases teórico-filosóficas que garantam uma formação crítica-propositiva.

Cursos de Serviço Social Por Categoria Administrativa no Estado de São Paulo

Em relação ao número de instituições que oferecem curso de Serviço Social no Estado, a pesquisa revelou que por “Categoria Administrativa”, a precariedade do ensino público na área, confirmando o desinteresse do Estado em fomentar cursos que contribuam para a formação da identidade crítica de seus alunos/profissionais. O estado como provedor de ensino público de qualidade, não apresenta condições/interesse em atender a demanda existente. No estado de São Paulo apenas 02 instituições públicas oferecem curso de

⁹ Dados divulgados no site QUERO BOLSA: <https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/sao-paulo--sao-paulo/servico-social/todos> (acesso agosto de 2017).

¹⁰ Observação empírica da autora na docência em Serviço Social na cidade de São Paulo e no interior do Estado.



Serviço Social: a UNESP de Franca e o UNIFESP- Santos somando-se uma insuficiência de vagas ofertadas anualmente.

Os dados revelam a força do ensino privado, para a formação em Serviço Social, no Estado de São Paulo e revelam a necessidade urgente da categoria, especialmente os profissionais que se dedicam à docência, buscar coletivamente estratégias para a qualificação da formação nestas IES e de enfrentamento da precarização do ensino superior, em que pese o impacto das medidas governamentais tomadas, nomeadamente nos últimos 24 meses na formação de novos profissionais da área.

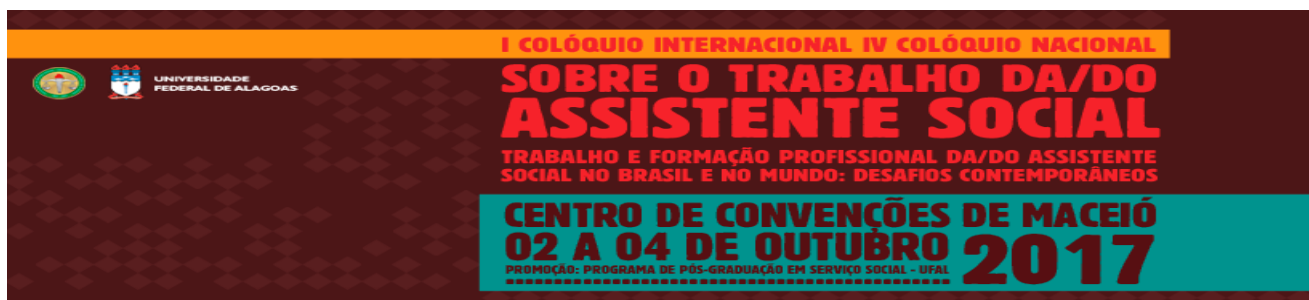
2.4. A fragilização contemporânea da formação em Serviço Social e o esvaziamento dos cursos presenciais

Enquanto no cenário nacional ampliam-se as desigualdades sociais e cresce o número de pessoas em condições vulneráveis, enquanto o governo federal consolida e fortalece o sistema neoliberal, colocando em risco os direitos socioassistenciais conquistados pela população; enquanto crescem os cursos de tecnologia e o governo busca a extinção das disciplinas que formam em conjunto a base do pensamento crítico (sociologia, história, filosofia), observa-se o fechamento de vários cursos presenciais de Serviço Social e a fragilização dos conteúdos e organização pedagógica dos cursos presenciais existentes.

Demissões consistentes ocorrem semestralmente nas IES privadas comprometendo o desenvolvimento de projetos de formação; a desestabilização das equipes e a realidade objetiva dos docentes, muitas vezes levam-nos a submeterem-se a condições de trabalho e salários que não permitem, a eles próprios, condições de vida digna, coloca em risco o próprio futuro da docência como trabalho digno que proporcione condições mínimas de vida familiar.

3. CONCLUSÃO

O estudo revela que: a) falta de consolidação da identidade da profissão no Brasil, pode relacionar-se a influências institucionais, políticas, estruturais; as alterações das



demandas profissionais, as reestruturações da profissão no mercado e a postura ideopolítica e profissional de coordenadores e professores dos cursos de curso;. b) que a inexistência ou não compreensão pelos profissionais da área da identidade reivindicada - “*para si*” - pela profissão em seu PROCESSO BIOGRÁFICO (demarcado pela reconceituação e legitimado na Projeto Ético Político da categoria) reforça, no espaço sócio profissional a representação social da profissão ligada à ideia de ajuda e assistência à caridade e ao auxílio, descaracterizando e desvalorizando (profissionalmente) o processo teórico-filosófico e metodológico da profissão.

Revela-se nesse contexto que a inconsistência sob a qual se edificou o conceito de identidade do Serviço Social, deixou aberta uma lacuna que hoje põe em risco o próprio futuro do Serviço Social Reconceituado.

Identifica-se ainda que no espaço do ensino superior privado, na conjuntura atual, equilibra-se sobre um tripé: a) a pressão institucional pela consolidação e potencialização do curso em quantidade de alunos, geração de receita; b) o compromisso com a categoria profissional, que remete à qualidade de formação acadêmica; c) a necessidade, pessoal/humana, de sobrevivência e permanência no mercado de trabalho garantia do próprio emprego a custo, muitas vezes de redução de carga horária.

A insuficiência e a impotência das categorias profissionais diante da onipotência do Estado em relação aos processos de autorização para abertura de cursos em sistema de EaD (Ensino a Distância).

Finalmente a reflexão revela a naturalização da relação capital x trabalho no âmbito do trabalho docente no ensino superior privado e seus impactos diretos na formação profissional configurando também neste espaço, apesar do parco enfrentamento da categoria, a ideologia do capital na esfera da educação no país.

BIBLIOGRAFIA

DAES/INEP/MEC. **Sistema Integrado de Informações da Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.ensinosuperior.inep.gov.br/>>. Acesso em: 2013.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto, 1997. (Ciências da educação, 24).



FERREIRA, Aída. O Serviço Social em contexto de globalização: limites e (ou) desafios. **Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais**, Lisboa, v. 2, p. 19-25, 2005.

FLORES, Luiz Carlos da Silva. **Fatores de gestão que influenciam o desenvolvimento das Universidades Comunitárias do Sistema Fundacional de Ensino Superior de Santa Catarina**. 2005. 175 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FRAUCHES, Celso da Costa. **A livre iniciativa e reforma universitária brasileira**. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/CELSODACOSTAFRAUCHES>>. Acesso: 2010.

GARCIA, Valter. **Administração educacional em crise**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época; v.12).

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994. (Ciências sociais da educação).

GIANNOTTI, José Arthur. **Universidade em tempo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. USP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade pessoal**. Tradução de Miguel Vale de Almeida. Oeiras, Pt: Celta, 1994.

_____. **Novas regras do pensamento sociológico**. Tradução de Antonio Escobar Filho. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

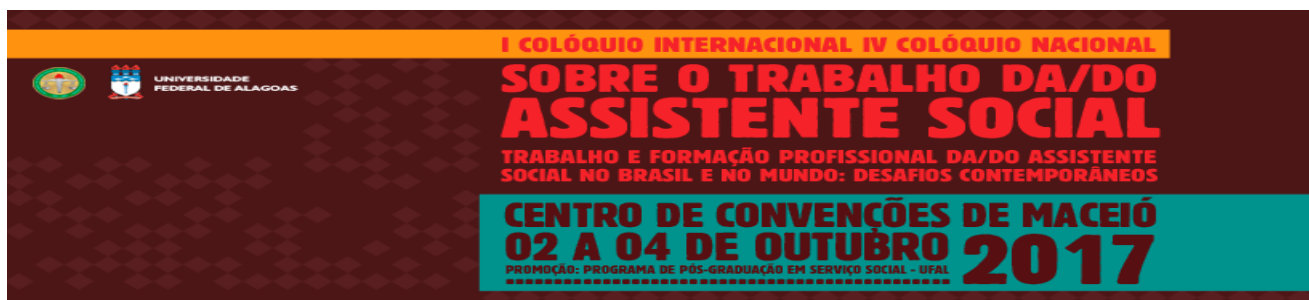
_____. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

_____. **Sociologia**. Tradução de Alexandra Figueiredo e outros. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

HERNADEZ, Alfredo. **Serviço Social: ética, deontologia & projectos profissionais**. Coimbra: CPIHTS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

_____. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, n. 1, p. 35-80, 2004.



MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 2. ed. Cortez: São Paulo, 1991.

MEYER JUNIOR, Victor. **Financiamento do ensino superior no Brasil: reflexões sobre fontes alternativas de recursos**. Bragança: Instituto Politécnico, 1991. (Série Estudos, 14).

MORAES, Sílvia E.; SILVA FILHO, João Camilo da. **Escola e universidade na pós modernidade**. Campinas: Mercado das Letras : FAPESP, 2000.

MOTA, Ana Elisabete. **Capitalismo contemporâneo, Serviço Social e formação profissional: algumas premissas e muitos desafios**. Presidente Nacional da ABEPSS. Palestra proferida em CD-Pesquisa realizada junto às unidades de ensino de Serviço Social, 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Coleção Memória da educação. 18. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROSA, Patrícia Sílvia A. **Serviço Social: identidade atribuída versus identidade reelaborada**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2007.

SANT`ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 62, p. 73-92, mar. 2000.